

1ª Reunião Ordinária de 2026

Tema: Compras sustentáveis

Data: 04/02/2026

Horário: início às 14h 20min e término às 16h 10min

Participantes:

Antonio de Faria Neto – Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TREM)

Renata Machado Campos Alves – Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TREM)

Miguel Mendonça de Alvarenga – Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TREM)

Mariluce Maria dos Santos – Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6)

Junia Paula de Oliveira – Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT3)

Rebeca Rocha – Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT3)

Selmara Fernandes – Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG)

Rubia Lucia Pereira – Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG)

Ana Paula Hermont – Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG)

Misael Santana – Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG)

Kamila Oazem – Ministério Público Federal (MPF/PRMG)

Joana Emília – Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais (TJMMG)

Ackson Diniz Junior – Advocacia Geral da União (AGU) - Teams

Ata elaborada por: Luciana Mara de Oliveira Vale – Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TREM)

Discussões:

Registrou-se que a reunião teve por objetivo a discussão dos seguintes temas:

- I – ações de compensação de emissões de gases de efeito estufa;
- II – benchmarking para comparação de práticas de análise de critérios de sustentabilidade;
- III – assuntos gerais.

1. Ações de compensação de emissões de gases de efeito estufa

Foram apresentadas as frentes em análise para compensação de emissões, quais sejam: a compra de créditos de carbono e a celebração de parcerias institucionais. No caso de ser celebrado acordo entre a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) e o TRE-MG, a PBH disponibilizará o espaço e as mudas de árvore, cabendo ao TRE-MG a contratação de empresa para o plantio e manejo por seis meses. Foram registradas dificuldades relacionadas aos custos do projeto, em torno de R\$ 300,00 por muda, além dos custos de manutenção, da certificação - que no caso mencionado ficará a cargo da PBH - e da contabilização dos créditos.

Na sequência, foi apresentado por Miguel, como referência, processo de jardinagem utilizado para subsidiar a elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e do Termo de Referência (TR).

Registrou-se, ainda, orientação da Presidência para realização de contatos e parcerias com o Instituto Opaoká, que desenvolve projeto voltado à formação de indígenas Maxakali em reflorestamento e ações socioambientais. Foi citado, como exemplo, projeto de reforma de escola indígena, apresentado por Mariluce.

Debateu-se a possibilidade de realização de chamamento público para apoio a projetos de compensação ambiental, bem como a necessidade de consulta às Assessorias Jurídicas quanto à viabilidade jurídica das alternativas apresentadas. Também foi mencionada a volatilidade do mercado de créditos de carbono e a possibilidade de adoção de procedimento licitatório simplificado, conforme orientações do CNJ.

2. Capacitação e critérios de sustentabilidade

Quanto à capacitação, relatou-se a realização de cursos promovidos pelas Escolas Judiciais, aos quais os órgãos interessados podem aderir. Discutiu-se a possibilidade de novas capacitações voltadas à análise de critérios de sustentabilidade em contratações.

Na sequência, passou-se à discussão sobre critérios de sustentabilidade aplicáveis às contratações, ocasião em que foram relatadas dificuldades enfrentadas pelos órgãos na análise desses critérios. Destacou-se a importância de capacitações mais práticas e direcionadas.

Apresentou-se a atuação da SGEU/TRE-MG na análise de ETPs e de critérios de sustentabilidade, destacando-se que 97% dos processos de compras do TRE-MG, em 2024, e 98%, em 2025, contemplaram tais critérios. Ressaltou-se a importância da análise do caso concreto e a observância da legislação vigente. Foram apresentadas legislações e fontes de pesquisa disponíveis no site institucional, bem como o instrumento de controle utilizado como referência para futuras análises.

3. Inventários de emissões de gases de efeito estufa (EGEE)

No tocante ao registro acerca dos inventários de EGEE, foram mencionadas a discrepância entre as datas de registro no PLSJUD (28/02/2026), de lançamento de dados referentes às emissões (15/04/2026) e o prazo para conclusão do inventário de EGEE de 2025 (30/06/2026). Optaram por informar a não realização na data de 28/02 com posterior retificação em 15/04.

No tocante à elaboração do inventário, foi questionada a consideração do deslocamento casa-trabalho, tendo sido mencionadas dificuldades na coleta de dados, diante do número expressivo de colaboradores.

Deliberações:

- Consulta à Assessoria Jurídica acerca da possibilidade de realização de chamamento público para apoio a projetos de compensação ambiental (TRT3);
- Envio pela SGESU/TRE-MG do instrumento de controle de processos com critérios de sustentabilidade aos demais presentes;
- A data da próxima reunião será definida oportunamente.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, sendo lavrada a presente ata, que segue para ciência dos participantes.